

ESPAÇO MINERAL



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MINERADORES
DE MINAS GERAIS E DO BRASIL

EDIÇÃO 13 • FEVEREIRO • 2022

Informativo da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil - AMIG



A importância de planejar a **arrecadação** da **CFEM**

*A oscilação do recurso tem ligação
direta com o mercado internacional*

PÁG. 4

A volatilidade da CFEM
serve de alerta para
municípios mineradores

PÁG. 4

Conquista histórica:
fiscalização da CFEM

PÁG. 8

Seminário
sobre segurança
de barragens

PÁG. 11

EXPEDIENTE

DIRETORIA

Presidente

José Fernando Aparecido de Oliveira
Prefeito de Conceição do
Mato Dentro (MG)

Vice-presidente

Josemira Raimunda Diniz Gadelha
Prefeita de Canaã dos Carajás (PA)

DIRETOR FINANCEIRO

Orlando Amorim Caldeira
Prefeito de Itabirito (MG)

DIRETOR ADMINISTRATIVO

João Marcelo Dieguez Pereira
Prefeito de Nova Lima (MG)

Diretor de Meio Ambiente

Marco Antônio Lage
Prefeito Itabira (MG)

Diretor de Não Ferrosos

Marco Aurélio Rabelo Gomes
Prefeito de Pains (MG)

Diretor dos Municípios Afetados

André Luiz Coelho Merlo
Prefeito de Governador Valadares (MG)

Diretor da Regional Nordeste:

Eduardo Vasconcelos

Conselheiros fiscais

Avimar de Melo Barcelos
Prefeito de Brumadinho (MG)

Igor Pereira dos Santos
Prefeito de Paracatu (MG)

Raimundo Nonato de Barcelos
Prefeito de São Gonçalo do
Rio Abaixo (MG)

EXPEDIENTE

Projeto Gráfico e Editorial

Isabela Andrade

Redação e edição

Isabela Andrade e Cristina Pedrosa

Díagramação

Interface Comunicação

Impressão

Gráfica Hollyday

Tiragem

2 mil exemplares

Publicação oficial da Associação
dos Municípios Mineradores de
Minas Gerais e do Brasil - AMIG

Rua Matias Cardoso, 11 - 7º andar
Santo Agostinho - Belo Horizonte
MG - CEP: 30.170-050

(31) 3275-3770

www.amig.org.br

SUMÁRIO

- 3 Palavra do Presidente
- 4 A volatilidade da CFEM serve de alerta para os municípios mineradores
- 8 Conquista histórica: ficalização da CFEM
- 11 Seminário sobre segurança de barragens
- 13 Viabilização de licenciamento ambiental
- 14 AMIG e Vale buscam acordo para dívida com municípios mineradores
- 18 Nova Lima AMIG e IBRAM assinam acordo para diversificação econômica das cidades mineradoras
- 21 Melhorias para municípios impactados
- 24 AMIG indica: diversificação econômica é o caminho para as cidades mineradoras
- 25 Falta de minério de ferro afeta indústria nacional
- 27 Crescimento da mineração no norte e nordeste
- 29 Projeto de reforma do IR traz possíveis alterações na alíquota do CFEM
- 30 Mineração na COP 26
- 31 AMIG na mídia
- 33 Inauguração Galeria dos Ex-Presidentes
- 34 Mais agilidade em processos judiciais relativos a CFEM
- 35 Pains é exemplo em gestão da atividade mineral de não ferrosos
- 37 Novo Código de Mineração ainda suspenso na Câmara dos Deputados

Há dois anos o mundo enfrenta uma pandemia sem precedentes. Em meio ao caos da saúde, vimos economias dos países mais desenvolvidos balançarem, vimos o comércio parar, e milhares de cidades fecharem. A COVID-19 parou o mundo.

A mineração não parou. Continuou ativa em todos os municípios do país. Tivemos novamente o minério valorizado e a CFEM em alguns momentos, mais que duplicou, injetando ânimo e uma saída para as cidades minerárias poderem continuar e socorrer sua população. Os *royalties*, mais que justos, são obrigatórios como uma compensação para os municípios que têm o minério para oferecer ao planeta, para gerar bens e produtos em todos os segmentos da economia e da vida.

O Brasil é o segundo produtor de minério de ferro, mas precisa, urgentemente, olhar para a mineração como um dos segmentos mais rentáveis que nitidamente segurou o país nesse momento de crise. Uma mineração mais justa e segura, social, econômica e ambientalmente.

A Associação de Municípios Mineradores de Minas e do Brasil (AMIG) trabalha incansavelmente visando esses objetivos. Como seu presidente, eleito para o biênio 2021/2023, encerro o primeiro ano do meu mandato feliz e esperançoso com o trabalho de nossa equipe. Também não interrompemos nosso trabalho com a pandemia. Ao contrário, descobrimos que com segurança, poderíamos trabalhar com afinco e determinação para buscar o diálogo e avançar em conquistas para nossos associados e para todos os municípios mineradores do país.

Realizamos inúmeras reuniões virtuais, discussões, e quando foi possível, fomos até as instâncias necessárias para os pleitos da entidade.

Crescemos e ampliamos nosso braço. Hoje temos 42 associados em 4 estados do país. Participamos dos principais debates do setor, e buscamos saídas para os maiores gargalos das cidades que representamos.

Após anos de trabalho intenso, conquistamos um marco histórico: o direito de as cidades poderem participar efetivamente da atividade minerária que ocorre em seus territórios. Tornamos possível o acordo de cooperação técnica entre a Agência Nacional de Mineração (ANM) e municípios, que pela primeira vez poderão fiscalizar o recolhimento de CFEM em seus territórios. Mais que isso, as cidades vão ter mais acesso aos projetos desenvolvidos pelas empresas mineradoras.

A conquista possibilitará o aumento da arrecadação municipal e como consequência ampliará os recursos para projetos de bem-estar social. Já em 2022, os servidores das prefeituras que foram capacitados, começam a fiscalização de pequenas lavras.

Realizamos diversas reuniões com a Vale, que tem atividades em vários pontos do país, para avançarmos na negociação de uma dívida de CFEM da empresa com 26 municípios de Minas Gerais e do Pará. Acreditamos nesse diálogo e sentimos uma boa vontade da empresa em sanar esse débito. Para tanto, criamos um Grupo



de Trabalho para encontrar o melhor caminho para se chegar à solução.

As ações também se voltaram às áreas afetadas pela mineração. Cobramos o aprimoramento na interpretação da Lei 13.540 sobre a CFEM para impactados, além de constantemente alertarmos a ANM sobre os atrasos na distribuição dos *royalties*.

A equipe da AMIG ainda se reuniu com o poder público para pleitear o fim da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre exportação para bens naturais não renováveis, previsto na Lei Kandir, que beneficia a indústria internacional em detrimento do Brasil. Conseguimos nos tornar *amicus curae* e assim poder acompanhar os principais processos que tramitam nos tribunais, vitais para os nossos associados.

Dada a importância das nossas riquezas naturais, realizamos projetos e reuniões com da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMAD). Além de participarmos da maior conferência climática mundial, a COP 26, na Escócia.

Assim vamos caminhando. Cuidando para que a atividade minerária não seja a vilã, mas o setor que proporciona o crescimento sustentável e seguro das cidades, dos estados e do país. A sustentabilidade deve estar no DNA da atividade mineral.

Foi sem dúvida um ano positivo para os municípios, tanto em receita quanto na possibilidade de uma participação ativa na mineração. Mesmo diante uma pandemia, o cenário foi próspero, mas ainda temos muito que caminhar e melhorar. E é com esse entendimento que seguimos e que entramos em 2022.

**JOSÉ FERNANDO
APARECIDO DE OLIVEIRA**

Presidente da Associação dos Municípios
Mineradores de Minas Gerais e do Brasil – AMIG

A VOLATILIDADE DA CFEM serve de alerta para os municípios mineradores

Para a AMIG, os gestores precisam agir com lucidez e investir a CFEM com cautela para não ficar em apuros nas baixas dos royalties

Imagine que ao ler esse texto seu salário, ou o que você recebe ou retira mensalmente, seja na ordem de R\$ 3.000,00, e que no outro mês caia para R\$ 500,00. Como você conseguiria arcar com os seus compromissos financeiros? Não arcaria a menos que tivesse uma reserva emergencial. E mesmo assim, você teria que ter outro plano para reverter a situação.

Os recursos advindos da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM tem uma performance muito parecida com o exemplo acima. Ou seja, a oscilação no valor do royalty mineral é frequente e depende do desempenho econômico do mundo, das variações do dólar e do valor do minério. Atualmente, a China, maior importador do Brasil, é um dos principais termômetros do mercado.

Os municípios e estados brasileiros mineradores, comemoram a arrecadação histórica de *royalties* da mineração que em 2021, superou 10,2 bilhões. Esse desempenho foi marcado principalmente pelo minério de ferro que ocupou o 1º lugar no ranking das exportações brasileiras. Somente no primeiro semestre, o repasse destinado aos municípios produtores foi de R\$ 2,7 bilhões, mais que o dobro no mesmo período de 2020, R\$1,2 bilhão. Os dados foram compilados

pela AMIG, a partir de informações da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Dois fatores principais explicam o movimento de alta observado: o forte aumento de preços das principais commodities (valor do bem mineral), além da variação cambial. O ferro é o minério mais exportado pelo Brasil e o que gera mais CFEM, (cerca de 85% de toda arrecadação)

Sua oscilação no mercado mostra bem como chega os royalties para os municípios mineradores. Mas observe a sua volatilidade, somente em 2021, que foi um ano excepcional: de maio a julho, o preço do minério de ferro ficou acima dos 200 dólares a tonelada, valor que começou a cair em agosto, chegando da casa dos US\$ 90 dólares em novembro. Em dezembro ele voltou a subir um pouco e fechou o ano em US\$ 112,84.

Para as cidades mineradoras essa é uma montanha russa complicada se os gestores não souberem administrar os recursos do município. A dependência dos *royalties* e impostos provenientes do minério é quase que total e se esse recurso diminui, as cidades, ou cessa, serviços essenciais são diretamente afetados, com educação, saúde e infraestrutura da população, áreas onde os recursos oriundos da CFEM são aplicados de acordo com a legislação.





VOLATILIDADE DOS PREÇOS E ARRECAÇÃO MUNICIPAL

O boom de preços globais de commodities ao longo dos últimos anos elevou consideravelmente os repasses da CFEM aos municípios. Em 2021, cerca de R\$ 7,7 bilhões de CFEM foram destinados a cerca de 2.600 municípios brasileiros.

Como já citado, a arrecadação da CFEM está sujeita aos movimentos dos preços e demandas das *commodities* no mercado internacional. Estes por sua vez, atravessam ciclos de alta e baixa que, em geral, estão conectados com períodos de prosperidades e crise econômica.

Portanto, a oferta e demanda global são fatores que justificam a volatilidade dos preços e impactam diretamente a arrecadação da CFEM nos municípios. Em momentos de alta, os efeitos são positivos nos cofres municipais e, em momentos de restrição, os repasses tendem a cair. Além disso, cumpre destacar que a atividade de exploração é de natureza finita.

Nesse sentido, a AMIG vem reforçando junto à administração pública a importância da constituição de Fundo Municipal como forma de garantia de renda para mo-

mentos futuros, com parte dos recursos recebidos pelo município a título de CFEM.

A existência de diversas práticas exitosas no estabelecimento de fundos oriundos de receitas de royalties do petróleo, mostra um bom caminho para ser seguido.

A criação de fundos tem um importante papel de atenuar variações negativas e reduzir a vulnerabilidade dos municípios, ressaltando que essa receita é errática, variável e finita.

No setor minerário temos o exemplo dos impactos da redução da arrecadação de *royalties* devido à paralisação das minas na região de Mariana e Brumadinho (MG) ou, ainda, do fechamento de minas.

Essa é uma das saídas para que os municípios possam passar os momentos difíceis que são normais de acontecer com a mineração. Mas a diversificação econômica deve ser o caminho a ser seguido pelas cidades mineradoras.

Para Waldir Salvador, vale destacar que as commodities minerais são recursos finitos." Por isso, é importante que os gestores municipais apliquem os recursos provenientes dos *royalties* em diversificação econômica para que, em médio e longo prazos, as cidades não dependam única e exclusivamente da mineração."

RETROSPECTIVA DO COMPORTAMENTO DOS PREÇOS DO MINÉRIO DE FERRO (TEOR MÉDIO 62%)

Ano	US\$	Taxa de Câmbio R\$/US\$ comercial (valor de venda) média do período	Preço médio (R\$)
2000	12,45	1,830	R\$ 22,79
2001	12,99	2,350	R\$ 30,53
2002	12,68	2,921	R\$ 37,04
2003	13,82	3,078	R\$ 42,54
2004	16,39	2,926	R\$ 47,96
2005	28,11	2,435	R\$ 68,45
2006	33,45	2,176	R\$ 72,79
2007	36,63	1,948	R\$ 71,35
2008	69,98	1,835	R\$ 128,39
2009	105,25	1,998	R\$ 210,25
2010	168,53	1,760	R\$ 296,66
2011	136,46	1,675	R\$ 228,57
2012	128,87	1,955	R\$ 251,89
2013	135,79	2,158	R\$ 292,98
2014	68,80	2,353	R\$ 161,91
2015	55,21	3,332	R\$ 183,93
2016	60,05	3,490	R\$ 209,58
2017	71,70	3,192	R\$ 228,87
2018	69,76	3,654	R\$ 254,92
2019	93,85	3,945	R\$ 370,25
2020	108,92	5,156	R\$ 561,57
2021	161,08	5,395	R\$ 869,03

EVOLUÇÃO DOS VALORES DO MINÉRIO DE FERRO

A tabela ao lado mostra que até 2007 o comportamento dos preços no mercado estava em relativa estabilidade devido a alterações pontuais ao longo da história.

A partir de 2008, no entanto, com a entrada da China como grande participante do comércio internacional, os níveis de preços passaram a se alterar.

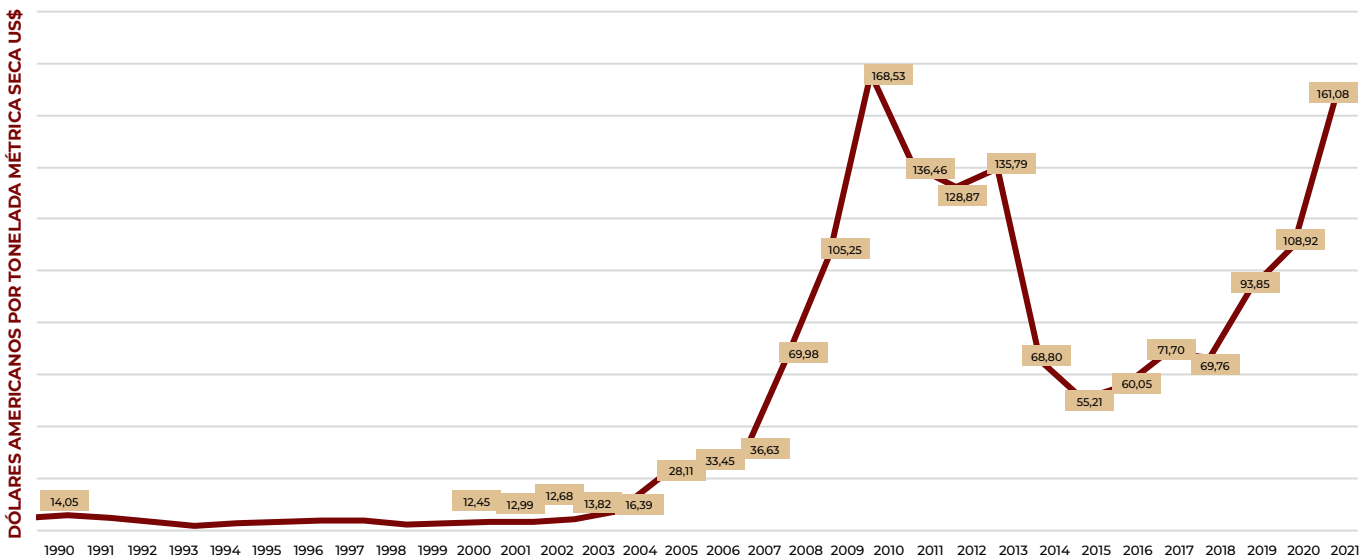
O preço médio alcançou em 2021, algo em torno de R\$ 869,00, representando uma valorização 280% quando comparado aos valores praticados em 2011.

ITABIRA - A CIDADE QUE CORRE CONTRA O TEMPO

A cidade mineira de Itabira, é o berço da mineração, onde a Vale começou suas operações. Com aproximadamente 121 mil habitantes, a dependência econômica da mineração é muito grande. Pelo menos 80% do orçamento de Itabira é proveniente de receitas da mineração. Sejam recursos oriundos da CFEM, que chegou a 30% da receita total em 2021, ou das demais fontes diretamente impactadas pela atividade, como o ICMS e o ISS. E as atividades econômicas do município que estão atreladas à mineração: comércio, indústria e outras.

No plano de metas traçado pela gestão da prefeitura, 2021/2024, o prefeito Marco Antônio Lage (PSB), abre com uma mensagem onde questiona a população: "O que será de nós daqui a dez anos, quando o minério de ferro exaurir? Como estará a nossa cidade em 50 anos? Teremos alternativas? Responder a cada uma dessas perguntas é a missão que a gestão 2021-2024 carrega desde o dia 1º de janeiro de 2021. O momento histórico de Itabira requer audácia, criatividade e novos métodos. É a proposta que nos trouxe até aqui. Tirar os planos do campo das ideias e materializá-los em forma de realiza-

MINÉRIO DE FERRO - EVOLUÇÃO PREÇO ANUAL





“Há anos se fala de exaustão mineral em Itabira, mas muito pouco ou quase nada foi feito para garantir a diversificação.”

MARCO ANTÔNIO LAGE

Prefeito de Itabira (MG)

ções e entregas para a comunidade é o compromisso reafirmado por nós a cada dia”.

Lage sabe do desafio assumido em 2021: correr contra o tempo para salvar Itabira. O município vive há 80 anos a dependência econômica da atividade minerária. Sua história e desenvolvimento praticamente se confundem com a da exploração mineral, cujo fim, segundo previsões da Vale, será em 2031.

Cerca de 10 mil empregos diretos e indiretos podem deixar de existir daqui a nove anos se nada for feito. O fim da exploração mineral em Itabira também pode significar perda de 80% na arrecadação municipal.

Em entrevista ao jornal Diário do Comércio, em 21 de janeiro, o prefeito detalhou como anda essa corrida contra o tempo e o plano de ação municipal. Ele diz ter a exata noção do momento histórico que Itabira atravessa. “Estamos diante de uma revolução, de um legado

que está sendo construído e que deverá servir de exemplo para outras tantas cidades que ainda terão anos e anos de exploração mineral”.

“Infelizmente, este é o maior problema que o município tem a resolver. Há anos se fala de exaustão mineral em Itabira, mas muito pouco ou quase nada foi feito para garantir a diversificação”, afirmou.

Para enfrentar o problema da exaustão do minério, o primeiro passo, segundo o prefeito, foi a construção do plano de metas “Itabira Agora”, apresentado oficialmente à comunidade no início do último trimestre de 2021. Lage explica que o plano contém os programas, projetos e metas associadas que serão trabalhados até 2024. Além disso, o Plano Plurianual (PPA), um instrumento legal, também com programas a serem desenvolvidos, que estipula as ações até 2025. E, por fim, o Plano Estratégico, que está sendo construído em parceria com a Vale e uma empresa de consultoria holandesa, financiada pela própria Vale. Este é o que tem a visão mais a longo prazo, com metas de 30 anos, de 10 anos e as urgentes. Nele estão investimentos necessários nas áreas de desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, preservação e recuperação ambiental, uso e ocupação do solo, mobilidade, patrimônio cultural e aspectos fiscais.

“Acreditamos, de verdade, que Itabira será um case inédito de uma cidade mineradora que se transformou totalmente. A busca pelos exemplos consiste em verificar o que deu certo em outras cidades, especialmente na concepção de políticas públicas e reaproveitamento de áreas mineradas. Nesse sentido, temos iniciativas de sucesso na Inglaterra, na Alemanha, Estados Unidos, Suécia, China. A própria Vale tem bons projetos de reaproveitamento do rejeito de minério em Itabirito e em Vitória. Temos também o exemplo do Vale do Ruhr, na Alemanha, que saiu de uma economia essencialmente minerária, como é Itabira, e se transformou completamente. Enfim, temos esses benchmarkings, mas Itabira é um caso muito específico. Estamos construindo algo que servirá de exemplo para outras cidades mineradoras” finalizou.

A AMIG está ao lado de Itabira, dando todo suporte necessário para que os próximos nove anos sejam decisivos e positivos para a cidade e sua população.



Conquista histórica: FICALIZAÇÃO DA CFEM

Servidores municipais são capacitados para acompanhar de perto o recolhimento dos royalties do minério



José Fernando, presidente da AMIG e prefeito de Conceição do Mato Dentro (MG) discursa em capacitação da ANM

Após mais de 15 anos de tratativas e reivindicações junto ao poder público, a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG), conseguiu enfim, o direito para que os municípios mineiros possam participar da fiscalização da CFEM. A realização deste acompanhamento será possível por meio de um acordo inédito de cooperação técnica das cidades com a Agência Nacional de Mineração a (ANM). A partir de 2022, os 68 servidores municipais de Minas Gerais, Pará e Bahia já capacitados, iniciam os trabalhos junto à ANM.

As cidades precisam acompanhar de perto as atividades em seus territórios, pois são elas as principais afetadas pelo setor.”

JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA

Presidente da AMIG e prefeito de Conceição do Mato Dentro (MG)

A Portaria nº 790/2020, foi publicada no Diário Oficial da União em 16 de junho de 2021, estabelecendo as diretrizes e os procedimentos a serem seguidos pelos municípios que iriam celebrar o acordo. Seis meses mais tarde, em dezembro do mesmo ano, os servidores passaram por um treinamento intenso e receberam orientações para o trabalho que irão desempenhar, durante quatro dias.

Para José Fernando Aparecido de Oliveira, presidente da AMIG e prefeito de Conceição do Mato Dentro (MG), o acordo é um marco na mineração por permitir, pela primeira vez, que a atividade seja fiscalizada. “As cidades precisam acompanhar de perto a as atividades em seus territórios, pois são elas as principais afetadas pelo setor”.

O presidente alertou ainda, sobre a imensa evasão fiscal apontada no relatório, da Controladoria Geral da União (CGU) de 2019. “O levantamento também mostrou que para cada R\$ 1 arrecadado, R\$ 1 é sonogado”.

O Brasil é um país de dimensões continentais que conta com mais de 2600 cidades minerárias, o que representa 50% do território nacional, enquanto a ANM possui apenas 7 fiscais que tem a capacidade de fiscalizar em média 30 empreendimentos anualmente. A parceria com os municípios vai aumentar em nove vezes essa capacidade de fiscalização in loco sem criar

“As fiscalizações irão aumentar e como consequência os recursos da mineração, o que ajudará a alavancar a economia local. As cidades participarão do plano anual de fiscalização que vai abranger grandes empreendimentos.”

ETIVALDO SILVA

Superintendente Interino de Arrecadação da ANM

insegurança jurídica para o setor produtivo, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) entende que fiscalização não compete exclusivamente à União.

O reforço dos servidores municipais irá reduzir a evasão e, assim, impulsionar os *royalties* do setor. “As fiscalizações irão aumentar e como consequência os recursos da mineração, o que ajudará a alavancar a economia local. As cidades participarão do plano anual de fiscalização que vai abranger grandes empreendimentos”, disse Etivaldo Silva, Superintendente Interino de Arrecadação da ANM.





Município de Nova Lima (MG)

MAIOR FISCALIZAÇÃO, MAIS BENEFÍCIOS PARA A POPULAÇÃO

O maior recolhimento de recursos abre espaço para ampliar medidas que impulsionam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para Adriana Magalhães, fiscal tributária da prefeitura de Nova Lima (MG), a 10ª cidade com a maior CFEM no Brasil, “o recurso permitirá o investimento em benefício da população, em especial nas áreas de saúde e educação”.

Em Brumado (BA), a mineração também é uma das fontes principais de arrecadação na economia municipal e a participação dos servidores na fiscalização, resultará em melhorias dos serviços públicos. “A cidade sempre investiu em educação, acredito que será possível contribuir ainda mais para essa área e para diversos setores, entre eles, o de meio ambiente que é impactado pelo segmento mineral”, afirmou Maurício Trindade, fiscal de tributos de Brumado.

Segundo Pedro Paulo Dias Mesquita, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Mi-

nistério de Minas e Energia, a Agência é extremamente necessária para a regulação do setor e tem avançado em suas competências por meio da digitalização de processos. Na visão do secretário, essa aplicação da tecnologia significa mais acesso às informações e transparência nos tramites.

A cooperação com os estados e municípios, para Pedro Paulo, tornará o trabalho da ANM ainda mais eficaz. “Faço questão de reproduzir aqui as palavras ditas sempre pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque: ‘uma mineração forte só se faz com uma Agência forte’. Ela é fundamental para o avanço da atividade de forma sustentável e o acordo será uma força maior.”

Os próximos passos incluem a capacitação dos servidores municipais para a fiscalização geológica, preparando-os para realizar o acompanhamento de pequenas lavras. Para isso, as prefeituras devem ter em seu quadro de servidores, profissionais com formação voltada para a área, como geólogos e engenheiros de Minas.



Município de Brumado (BA)

Seminário sobre SEGURANÇA DE BARRAGENS

O encontro ocorreu de forma virtual com o objetivo de informar as prefeituras

Os períodos chuvosos alarmaram territórios minerados e impactados pelo setor sobre as estruturas de rejeito. Mesmo antes das intensas chuvas do começo de 2022, as barragens têm sido sinônimo de preocupação para os gestores municipais. Por isso, a Associação dos Municípios Mineradores de Minas e do Brasil (AMIG) realizou junto a Agência Nacional de Mineração (ANM) um seminário sobre a atual situação das barragens no país em 27 de janeiro. O chefe de segurança de barragens de Minas Gerais da ANM, Claudinei Cruz, ministrou a conferência remota.

Atualmente existem 906 barragens no Brasil, 454 estão inseridas a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), que fiscaliza a integridade das estruturas.

Segundo o chefe de segurança de barragens, entram no plano de fiscalização aquelas que apresentam altura do maciço maior ou igual a 15 m; capacidade total do reservatório maior ou igual a três milhões de metros cúbicos; reservatório com resíduos perigosos; categoria de Dano Potencial Associado (DPA), médio ou alto.

O DPA é medido a partir das consequências de um rompimento, vazamento, infiltração no solo ou mau funcionamento de uma barragem. A categoria do DPA aumenta de acordo com as perdas de vidas humanas e impactos sociais, econômicos e ambientais.

As 452 estruturas não incluídas na Política Nacional devem apresentar o mapa de inundação o mapa de inundação, no qual o DPA, entre outras coisas, é avaliado.

No Brasil temos 265 barragens com DPA alto, 158 com DPA médio e 31 com DPA baixo, ou seja, 58%, 35% e 7% respectivamente. A maior parte delas está em Minas Gerais (150), em seguida no Pará (32) e no Mato Grosso (25).

Outra métrica usada pela ANM na fiscalização é a Categoria de Risco (CRI), que diz respeito aos aspectos da própria barragem que possam influenciar na probabilidade de um acidente como a integridade da estrutura, estado de conservação, operação e manutenção. A nível nacional são 354 barragens com CRI baixo, 55 com risco médio e 45 com risco alto.



Seminário com chefe de segurança de barragens de Minas Gerais da Agência Nacional de Mineração (ANM), Claudinei Cruz



Rompimento da barragem de Córrego do Feijão em Brumadinho (MG)

Claudinei lembrou que dar o destino adequado aos rejeitos cabe às mineradoras. “Muita gente pensa que a responsabilidade sobre a segurança da barragem é da ANM mas na verdade é do empreendedor. A Agência tem o papel de verificar a segurança”.

Desde 2020, é disponibilizado o acesso público ao Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração (SIGBM), para que os cidadãos consigam se informar sobre a situação das barragens no país, como o tipo de rejeito, estado de conservação e o DPA.

DEPOIS DOS ROMPIMENTOS EM MG

Após as tragédias dos rompimentos das barragens de Fundão, em 2015 na cidade de Mariana, e da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho 2019, os critérios de fiscalização ficaram ainda mais rigorosos. “mais barragens foram consideradas nível 3 e começaram a ser fiscalizadas bimestralmente, porque a régua subiu”, disse Claudinei no seminário.

A barragens em nível 3 são as que representam a maior escala de emergência, pois estão em situação de risco de rompimento. Em Minas Gerais três estruturas pertencentes a Vale S.A. encontram-se nesse grau, elas ficam em Nova Lima, Ouro Preto e Barão de Cocais.

Posteriormente a tragédia de Brumadinho, a ANM emitiu a resolução N°13/2019 que previu a descaracterização de barragens a montante.

DESAFIOS ENFRENTADOS PELA AGÊNCIA

Atualmente são apenas 37 fiscais da ANM para acompanharem as barragens no Brasil. Mesmo com o sucateamento da entidade a fiscalização evitou uma série de acidentes e conseguiu cadastrar em 2020, junto ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), 12 barragens não informadas pela Vale.

“A gente fala muito da Agência quando acontecem acidentes, mas já evitamos muitas tragédias. Em 2018 fomos à Serra Pela (PA) intervir uma barragem, abrimos um vertedouro para que não ocorresse o vazamento da água. No mesmo ano também evitamos acidentes no Mato Grosso. Em 2020, intervi-mos no rompimento de uma tubulação de rejeito em Goiás e no mesmo ano evitamos o deslizamento de uma pilha na Bahia. No Maranhão quando uma barragem rompeu, em 2021, e inundou uma captação de água, também estivemos lá” informou Claudinei durante o seminário.

As prefeituras presentes se colocaram à disposição da ANM para acompanhar as futuras fiscalizações, foi proposto o envio à AMIG das previsões das próximas visitas às barragens para o repasse dessas informações aos afiliados. A Associação também propôs se dedicar ao máximo para reforçar as fiscalizações.

Para Juscelino Gonçalves, secretário de defesa de Ouro Preto “O seminário reduz o hiato entre as defesas civis municipais e a ANM. Acredito que se trabalhássemos mais próximos o resultado seria ainda mais positivo”.

O encontro, com a finalidade de trocar informações e experiências sobre as barragens entre as prefeituras e a Agência, ficou previsto para acontecer a cada seis meses.

Viabilização de LICENCIAMENTO AMBIENTAL

AMIG cataloga processos em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)

A AMIG iniciou em 2021, um levantamento de dados relativo a processos ambientais com o apoio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). O trabalho que já apurou 250 processos, entre eles, 218 ligados a mineração, será um grande auxílio para gestores municipais afiliados.

Para dar suporte na construção do banco de dados com detalhes sobre os processos de licenciamento dos nossos sócios, foi contratada uma estagiária, Larissa Bastos, graduanda em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Larissa explica que além de catalogar os licenciamentos ambientais de empresas mineradoras com atuação nos municípios associados, foi apurado o valor de cada empreendimento e as datas de audiências públicas ligadas aos processos para que as prefeituras possam acompanhá-las.



Larissa Bastos, responsável pelo levantamento do banco de dados relativo aos licenciamentos ambientais

Classificação	Nº de processos
Barragem de rejeito	2
Barragem de contenção de rejeitos	1
Disposição de estéril	1
Expansão da pilha de estéril de crista	1
Extração de rochas	1
Lavra a céu aberto	13
Lavra subterrânea	1
Mineração	212
Pesquisa mineral	4
Pilha de rejeitos	4
Pilha de rejeitos/estéril	3
Total de processos apurados pela AMIG	243

AMIG e Vale buscam ACORDO PARA DÍVIDA com municípios mineradores

A Associação pede avanço em processos estagnados há mais de 15 anos como forma de comprovação efetiva de evolução ética da empresa

A AMIG promoveu uma série de reuniões virtuais e presenciais com a Vale e os municípios desde outubro de 2021. Os diálogos versaram principalmente sobre o não pagamento de CFEM aos municípios, valor que chegou a ultrapassar R\$ 1,9 bilhões. Esse montante foi apurado em 2018 pelo Grupo de Trabalho (GT) instituído por profissionais da própria empresa, da ANM, da AMIG e das cidades com valores a receber. Os municípios também debatem com a Vale sobre os impactos causados pelo rompimento das barragens em Mariana e Brumadinho e sobre os planos futuros da empresa para Minas Gerais.

O presidente da AMIG, José Fernando Aparecido de Oliveira, ressaltou durante as negociações a importância de a Vale iniciar uma relação respeitosa com os territórios minerados. “Queremos construir uma saída

de mãos dadas, mas precisamos que vocês também tenham vontade de encontrar uma solução para o débito”, afirmou José Fernando.

A importância dessa parceria foi reafirmada por Eduardo Bartolomeo, presidente da Vale, durante uma das reuniões, realizada em 7 de outubro. “A gente está no mesmo barco e fracassaremos se não trabalharmos juntos”, disse.

Para justificar o não pagamento da CFEM, a empresa apoia-se em três teses: que a CFEM não incide sobre pelotização, um argumento incoerente do ponto de vista da ANM e da Advocacia Geral da União (AGU) que entendem a pelotização como um processo de beneficiamento e que, por isso, há incidência da Compensação sobre o mesmo; a retirada do valor da dívida



Representantes da Vale e presidente da AMIG, José Fernando Aparecido de Oliveira em reunião na sede da Associação

sobre o minério comprado de terceiros, porém a mineradora não apresentou nenhum documento fiscal que comprove a venda do minério adquirido de outros; e a proposta da empresa de deduções na base de cálculo da CFEM que não são permitidas pela IN 06/2000 do DNPM/ANM.

A Vale representa 55,36% de toda CFEM nacional, seguida da Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) com 6,86% e da Anglo American (6,12%). Em um breve comparativo é possível perceber o disparate das arrecadações dos setores privado e público: em 2021 o faturamento da Vale em Parauapebas (PA), município com os maiores royalties da mineração, ultrapassou R\$ 69,9 bilhões, enquanto o município recebeu cerca de R\$ 2,4 bilhões de CFEM.

É importante lembrar que dos valores recolhidos da CFEM 60% ficam para os municípios produtores, 15% para os municípios impactados, 15% para os estados e 10% para a União.

PRÓXIMOS PASSOS PARA CONCRETIZAÇÃO DO ACORDO

Em reunião realizada em 16 de dezembro para definição de como a Vale irá saldar a dívida com os municípios, o consultor jurídico da AMIG, Rogério Moreira, frisou, a necessidade de consenso entre a Associação e a mineradora para ser possível avançar nos processos da dívida. ““Estamos em um momento de ten-



FATURAMENTO X CFEM SETOR PRIVADO

EMPRESA	FATURAMENTO	CFEM
Vale S.A.	R\$ 164.255.963.993,49	R\$ 5.695.530.969,46
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	R\$ 20.004.211.531,69	R\$ 705.397.660,45
Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A.	R\$ 19.098.758.377,08	R\$ 668.456.543,21
CSN Mineração S.A.	R\$ 18.578.566.815,57	R\$ 630.155.131,33
Mineração Usiminas S.A.	R\$ 5.213.971.404,03	R\$ 181.155.048,44

ARRECAÇÃO EM CFEM DO SETOR PÚBLICO EM R\$

MUNICÍPIO	MUNICÍPIOS PRODUTORES (60%)	CFEM 100%
Parauapebas - PA	R\$ 1.474.509.288,85	R\$ 2.457.515.481,42
Canaã dos Carajás - PA	R\$ 1.114.224.111,59	R\$ 1.857.040.185,99
Conceição do Mato Dentro - MG	R\$ 401.275.458,80	R\$ 668.792.431,34
Congonhas - MG	R\$ 341.709.601,51	R\$ 569.516.002,51
Itabirito - MG	R\$ 313.628.292,73	R\$ 522.713.821,21

*Cidades com a maior arrecadação nacional

VALORES DA DÍVIDA ATUALIZADOS ATÉ AGOSTO DE 2019

Município	Valor da Dívida
Barão de Cocais	R\$ 55.731.036,95
Belo Vale	R\$ 11.837.741,01
Brumadinho	R\$ 173.115.424,22
Canaã dos Carajás	R\$ 25.199.063,57
Capela	R\$ 11.404.005,20
Catalão	R\$ 23.790.610,17
Catas Altas	R\$ 61.868.945,04
Congonhas	R\$ 276.551.452,40
Corumbá	R\$ 11.887.597,49
Ipixuna do Pará	R\$ 8.937.074,39
Itabira	R\$ 33.072.354,08
Itabirito	R\$ 92.685.786,37
Ladário	R\$ 3.175.588,23
Laranjal do Jari	R\$ 8.404.407,45
Mariana	R\$ 135.890.150,45
Nova Lima	R\$ 112.960.942,49
Olhos D'Água	R\$ 66.055,28
Ouro Preto	R\$ 343.899.528,14
Paragominas	R\$ 10.723.452,10
Paraopebas	R\$ 333.229.354,73
Rio Piracicaba	R\$ 12.808.788,90
Rosário do Catete	R\$ 15.909.754,75
Sabará	R\$ 29.383.729,49
Santa Bárbara	R\$ 64.726.288,74
São Gonçalo do Rio Abaixo	R\$ 76.778.507,89
Sarzedo	R\$ 80.461,39
Tapira	R\$ 182.724,68
Vitória do Jari	R\$ 4.601.758,25
Total Geral	R\$ 1.938.902.583,85

tar convencer a empresa a rever alguns pontos de suas principais teses, que entendemos superados com o passar do tempo. Isso deixará a nossa pauta comum mais convergente, considerando as inúmeras ações institucionais que fazemos em conjunto” informou Moreira.

Os municípios reforçaram que além de escutá-los, a Vale precisa se organizar para atender as solicitações. “Não basta a Vale nos ouvir, precisamos de retorno e prazo sobre o cumprimento das demandas”, resumiu Juliano Duarte, prefeito de Mariana.

Ao final da reunião ficou definido a criação de um Grupo de Trabalho para análise dos processos. O mês de março foi estipulado o prazo limite para uma resposta da mineradora acerca das próximas medidas para a resolução da dívida.

Para municiar a Vale com as informações apuradas, a AMIG enviou à empresa os 110 processos relacionados ao débito, que foram disponibilizados pela Agência Nacional de Mineração (ANM), e diversos estudos elaborados pelas consultorias jurídica e tributária da Associação.

Município de Ouro Preto (MG)



MINERAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

A Vale iniciou, em 2021, o Criando Caminhos, um programa de melhoria da infraestrutura de estradas com pavimento desenvolvido a partir do rejeito de minério de ferro. A iniciativa é uma parceria com o poder público municipal e faz parte da estratégia da empresa de tornar suas operações mais seguras e sustentáveis.

Após conhecer esse trabalho, a AMIG propôs a pavimentação de estradas intermunicipais e vicinais a partir de rejeitos da mineração. As vias que passariam por esse tratamento são aquelas que ligam as cidades históricas em que a VALE opera.

O presidente da Associação ressaltou a importância do trabalho para o meio ambiente. “É um projeto que agrega tecnologia com sustentabilidade, essa iniciativa vai ao encontro com o objetivo da AMIG que é tornar a mineração sustentável”, disse.

O trabalho contribuirá com paisagens culturais, diversificação econômica por meio do turismo, fomento da economia local e geração de empregos. Além disso, pesquisas mostram que a utilização do rejeito de minério de ferro não apresenta nenhum risco ambiental.



VALE PROPÕEM DIÁLOGO COM FUNDAÇÃO RENOVA PARA REPARAR OURO PRETO DOS IMPACTOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DO FUNDÃO

Um dos objetivos da AMIG é que sua afiliada Ouro Preto seja reconhecida como impactada – que foi e muito – pelo rompimento da Barragem do Fundão em Rodrigo de Freitas (Mariana), pela Fundação Renova, responsável pelas medidas e reparações dos danos causados pelo desastre ocorrido em 2015.

Em reunião realizada em outubro de 2021, entre Vale, AMIG e afiliados, o presidente da Associação, José Fernando Aparecido, levantou a importância e urgência desse reconhecimento por parte da Fundação Renova, que representa as empresas Vale e a BHP Billiton, que controlam a barragem.

Angelo Oswaldo, prefeito de Ouro Preto, presente na reunião, lembrou que mineradora recorreu à decisão

da 12ª Vara da Justiça Federal de Belo Horizonte, a resolução reconheceu o município como vitimado pela tragédia. “É importante que a Vale colabore com a retirada desse embargo. Se temos uma relação nova e respeitosa, é preciso haver um bom entendimento e um acordo com os municípios lesados pelos rompimentos das barragens”, declarou Ângelo.

Bartolomeo se propôs conversar com a Fundação Renova para avançar as negociações que já se arrastam há 7 anos. O vice-presidente de relações institucionais, Luiz Ozório, propôs uma conversa a parte com o prefeito de Ouro Preto para definir o que a companhia pode fazer e o que colocará em prática. A AMIG acompanha a negociação.

Nova Lima AMIG e IBRAM assinam acordo para DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA DAS CIDADES mineradoras

Nova Lima (MG) firmou o protocolo de intenções em busca reduzir sua dependência do setor mineral



Da esquerda para direita: Alexandre Mello, diretor de Relações com Associados e Municípios Mineradores do IBRAM; João Marcelo Dieguez, prefeito de Nova Lima; Flávio Penido, presidente do IBRAM; Zé Fernando, presidente da AMIG; e Waldir Salvador, consultor de relações institucionais da AMIG.

A independência econômica das cidades mineradoras é um dos objetivos da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG), e uma ação que pode ser um caminho para se concretizar essa liberdade dos municípios começou a ser desenhado por Nova Lima (MG).

No dia 1º de fevereiro, de forma inédita, a cidade mineira assinou um Protocolo de Intenções com a AMIG e o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), que irá contribuir para ampliar as possibilidades de investimentos nos municípios, tornando a atividade minerária ativa e responsável no processo de independência econômica.

De acordo com o instrumento assinado, as instituições e a atual gestão municipal embora representem, cada qual, atores distintos do universo da mineração, têm interesses e objetivos comuns e compreendem que a importância socioeconômica e histórica do setor mineral para Nova Lima/MG as motiva a colaborar entre si com posicionamentos, análises, estudos, ações conjuntas, de modo a estabelecer diretrizes voltadas a promover transformações, inovações e evolução nos processos desempenhados pela indústria mineral brasileira, especialmente às já estabelecidas no município.

“Vamos trazer para a mesa as estratégias, as opiniões, os anseios e os recursos necessários para que a diversificação econômica ocorra com a participação, em conjunto, dos principais atores desse movimento.”

FLAVIO OTTONI PENIDO

Diretor-presidente do IBRAM

A Prefeitura vai atuar em parceria com o Instituto de Estudos Pró-Cidadania (PRÓ-CITTÀ) nas estratégias de consolidação das ações propostas no acordo.

Nova Lima possui uma vocação natural para a atração de novos investimentos, entre elas, uma localização geográfica privilegiada, ferramentas de fomento como o Fundo de Desenvolvimento Econômico, o qual é abastecido com recursos da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) e um Plano Diretor em revisão, que deve propiciar outras formas de incentivo a novos negócios. O Fundo de Inovação, Núcleo de Projetos Prioritários e programas de Formação de Mão de Obra são também algumas das características pontuadas ao longo da sua história, endossando a diversificação econômica entre as prioridades do município.

Para o presidente da AMIG e prefeito de Conceição do Mato Dentro, José Fernando Aparecido de Oliveira, o acordo coloca a diversificação econômica na agenda do país como um instrumento que precisa ser trabalhado desde o início da atividade minerária, tendo em vista a viabilidade finita do recurso. “O passo que foi dado por Nova Lima e as Instituições é de extrema importância, pois só vamos conseguir virar essa página de dependência dos royalties com o envolvimento das empresas mineradoras em todo o processo”, afirma.

Segundo Flavio Ottoni Penido, diretor-presidente do IBRAM, o engajamento do poder público, das empresas e da comunidade é fundamental para o êxito da iniciativa. “Vamos trazer para a mesa as estratégias, as opiniões, os anseios e os recursos necessários para que a diversificação econômica ocorra com a participação, em conjunto, dos principais atores desse movimento”, afirma.

NOVA LIMA, MODELO DE INOVAÇÃO

O prefeito de Nova Lima, João Marcelo Dieguez, acredita que a partir dessa parceria, Nova Lima crie um modelo de trabalho que possa ser replicado por todo o

país. “Ao longo dos últimos anos, Nova Lima soube utilizar suas receitas para remodelar seu desenvolvimento econômico, sempre tão dependente do desempenho da mineração. E esse trabalho já nos mostra resultados palpáveis que nos permitem o alinhamento a este protocolo de intenções capitaneado pelo IBRAM e pela AMIG. Tivemos uma arrecadação recorde em 2021, atingindo a simbólica cifra de R\$ 1 bilhão. A novidade é que, em termos percentuais, a leitura sobre o futuro da economia do município já mostra suas cartas: o ICMS já responde por 21% da arrecadação de impostos, seguido do ISS e da CFEM, ambos com 18% cada. Esses números são do final de 2021 e refletem quase 60% do que arrecadamos. Novos projetos de desenvolvimento da economia e de capacitação da mão de obra local nos permitem dizer que a diversificação de nossa economia tem espaço para acontecer nesta nova dinâmica aqui pactuada”, afirma.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE NOVA LIMA (PDENL)

O Protocolo de Intenções tem como principal objetivo, a cooperação mútua das partes para o desenvolvimento e consolidação do Programa Permanente de Desenvolvimento Econômico de Nova Lima, que está em construção e será lançado pela Prefeitura no



Prefeito de Nova Lima assina protocolo em prol da diversificação econômica do município

primeiro semestre deste ano. O Programa tem como objetivo a promoção do desenvolvimento econômico a partir da atividade minerária, de suas múltiplas cadeias produtivas e de outros potenciais a ela ligados; a atração de empresas com baixo impacto ambiental, aumentando a arrecadação municipal e qualificando a mão de obra local para ocupação dos postos de trabalho. “Estamos preparando Nova Lima para um futuro ainda mais próspero. O Programa de Desenvolvimento Econômico colocará o município em evidência no mercado nacional e internacional. O nosso desejo é que as pessoas de Nova Lima possam realizar seus sonhos em nosso território, oportunizando empregos de alto valor agregado, oportunidades para empreender e inovar, tudo isso respeitando a vocação ambiental que o município possui. Para isso acontecer, enxergamos como essencial a contribuição do setor extrativo mineral trabalhando em conjunto com o município em sua diversificação econômica”, afirma o secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda de Nova Lima, Abner Henrique.

PROCESSO DE PARCERIA ENTRE EMPRESAS TEVE INÍCIO NO 3º ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS MINERADORES

O primeiro passo para uma participação mais efetiva das empresas mineradoras no processo de independência financeira dos municípios foi dado em 2019 durante o 3º Encontro de Municípios Mineradores promovido pela AMIG. Na ocasião, as instituições celebraram um acordo de cooperação técnica a favor do desenvolvimento ético e sustentável das cidades. Assinaram como intervenientes no acordo a Fiemg, Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (Indi), Codemig e BDMG.

Em Nova Lima, a mineração terá um papel ainda mais preponderante, pois duas grandes empresas são proprietárias de 40% do território municipal. Conferindo a elas, a oportunidade de participar de forma ainda mais efetiva no processo, ao destinar terrenos para a ocupação de novos negócios.

MAPEAMENTO DE CLUSTERS

O território de Nova Lima apresenta realidades econômicas e urbanas com características distintas já identificadas em projeto de fomento em andamento, o qual mapeou os principais clusters - concentração geográfica de empresas de um mesmo setor de atividade e organizações correlatas - compatíveis com a qualificação e gestão ambiental preconizadas pelo município. Por isso, a atração de investimentos potencializa os atributos locais gerados pela rede de negócios já existentes, população, tipos de ocupação, legislação, cultura, estrutura viária e logística.

A região da Lagoa dos Ingleses tem recebido investimentos significativos de empresas de alta tecnologia, especialmente aquelas com atividades relacionadas à Biotecnologia, entre elas: a *Biommm*, *Visiontech*, *CMOs Drake* e *BiotechTown*.

O Vila da Serra é reconhecido como Distrito de Inovação, pois concentra negócios digitais, startups e instituições referência em saúde. Tais como, FIEMG LAB, Aço Lab e BS2 Pool, além de um dos principais ecossistemas de inovação da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o *San Pedro Valley*. Sedia também âncoras em diversas áreas de serviços especializados, como o Hospital Biocor, Hospital Vila da Serra, Accenture e várias empresas do segmento de Consultoria e Gestão Empresarial. Já no Vale do Sol, o potencial indicado pelo projeto de fomento foi a Biomedicina. A sede do município tem como destaque a Economia Criativa, iniciada a partir de um projeto da Anglo Gold Ashanti de revitalização da área central. Ele prevê a criação de oportunidades para o resgate da história e o estabelecimento de uma nova vocação local. Os distritos de São Sebastião das Águas Claras (Macacos) e Honório Bicalho possuem atração de negócios voltada para o turismo ecológico.

Lagoa dos Ingleses no município de Nova Lima (MG)

MELHORIAS para municípios impactados

A AMIG se posiciona em favor da distribuição justa de CFEM para territórios afetados pela mineração

Junto ao poder público, a Associação busca constantemente o reconhecimento legítimo dos desafios enfrentados pelos municípios afetados pela mineração. Uma das lutas da AMIG é a correção na forma como a Lei 13.540 é interpretada. Para a Agência Nacional de Mineração (ANM) a lei determina que se o município afetado produzir uma substância e for impactado por operação do mesmo mineral não deve receber CFEM pelo impacto.

Essa interpretação é prejudicial para territórios com produção insignificante e residual de alguns minérios, ainda que sofram fortes e expressivos impactos da atividade. Para amparar as cidades, a AMIG sugere que 13% da CFEM seja concedido aos impactados, ainda que produzam a mesma substância mineral que afeta seu território.

A preocupação da AMIG com os direitos das cidades impactadas levou a entidade a criar o cargo de Diretor dos Municípios Afetados, atualmente ocupado pelo prefeito de Governador Valadares (MG) André Luiz Coelho Merlo.



Para André Luiz Coelho Merlo, prefeito de Governador Valadares (MG) é necessário uma avaliação da CFEM para municípios impactados



Município de Governador Valadares (MG)

O gestor municipal informa que, como ocorre em diversos locais, em sua cidade a população é diretamente afetada pelo setor, ainda que em Governador Valadares não exista produção mineral, a região é bastante impactada pela mineração. “Hoje, a linha férrea tem uma extensão de 50km no município, sendo 20km dentro do perímetro urbano. Dessa forma, corta a cidade de ponta a ponta, de modo que maior parte da população valadarense tem contato diário com a linha férrea”.

O transporte de minério é realizado a cada hora, segundo o prefeito, e por vezes descoberto. Como consequência os residentes sofrem com um alto número de doenças respiratórias, além de serem incomodados com poluição sonora e problemas de locomoção no tráfego.

Para André, a CFEM é uma forma de compensar o município e, conseqüentemente, os moradores, tendo em vista principalmente o faturamento da Vale que utiliza o perímetro para suas atividades. “Acreditamos que cidades de grande porte, como o caso de Valadares, merecem uma melhoria nos índices da CFEM, com um consecutivo aumento na verba destinada às cidades impactadas. O recurso ajudará na redução dos prejuízos gerados pela atividade, além de proporcionar melhorias na mobilidade e na infraestrutura local”.

ACÇÃO PARA CELERIDADE NOS PAGAMENTOS

Em prol dos impactados a AMIG cobrou celeridade no pagamento da CFEM, em atraso aos municípios afetados pela mineração. De julho a agosto de 2021, a ANM não realizou os devidos repasses.

A Associação enviou e-mails à Agência, além de diversos telefonemas e trocas de mensagens vias WhatsApp com membros da ANM até a regularização dos pagamentos ocorrida em setembro, incluindo os valores acumulados dos três meses atrasados.

NOVOS AFILIADOS

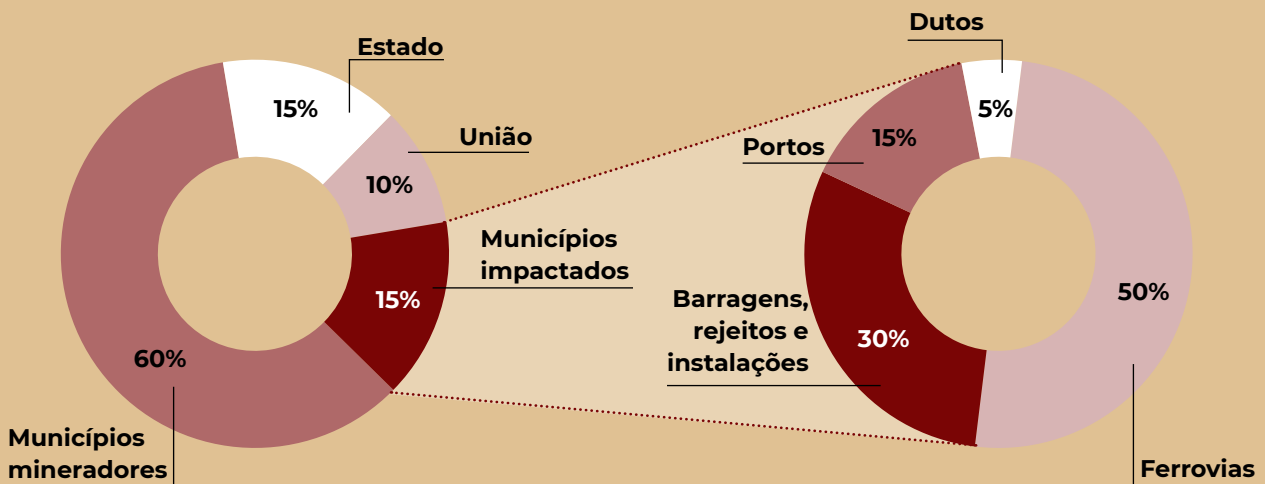
Mesmo durante a pandemia a mineração não parou de crescer, foram R\$ 6,1 bilhões em 2020, fazendo a CFEM nacional saltar para R\$ 10,3 bilhões, um aumento de 70%. O cenário próspero levou municípios que possuem arrecadação pela atividade a procurarem a AMIG para entenderem melhor os seus direitos e conhecerem o trabalho da Associação, o que resultou na filiação de cidades muito importantes no cenário da mineração. Entre os municípios que se juntaram a Associação recentemente estão Rio Acima (MG), São Tiago (MG) e Volta Redonda (RJ).

Rio Acima surgiu em 1736 como povoado de Santo Antônio de Rio Acima, às margens do Rio das Velhas. A lo-

Podem ser consideradas afetadas as cidades cortadas por dutovias ou ferrovias; com operações portuárias; e que tem em seu território pilhas de estéril, barragens, instalações de beneficiamento,

além de instalações previstas no plano de beneficiamento econômico. Esses territórios recebem 15% da CFEM nacional.

DISTRIBUIÇÃO DA CFEM PARA IMPACTADOS



calidade foi descoberta por bandeirantes que desbravavam o interior das Minas Gerais à procura de ouro.

Em 09 de fevereiro de 1831 recebeu a visita do casal real D. Pedro I e D. Leopoldina, o que levou a cidade a entrar no circuito da Estrada Real. No século XX, a região de Rio Acima passou a receber siderúrgicas, mineradoras e fábricas de cerâmica.

O município destaca-se até os dias de hoje por suas cachoeiras, sendo a única cidade de Minas com 100% do território localizado dentro da APA Sul - área de proteção ambiental que comporta 14 municípios da grande BH. A exploração de ouro continua ocorrendo no município, que, atualmente, também recolhe CFEM sobre minério de ferro.

São Tiago foi fundada por bandeirantes espanhóis há aproximadamente 300 anos. A economia local tradicional tem por base a agropecuária e a indústria extrativa de minerais. No setor agrícola produz milho, arroz, café, mandioca, dentre outros. A pecuária está dividida entre a produção leiteira e a criação de novilhos para o abate.

Não é à toa que a culinária aquece a economia local. Ponto de parada de tropeiros e viajantes, os moradores da cidade ofereciam fartas mesas de quitandas e uma culinária riquíssima de forno e fogão, a hospitalidade histórica é percebida ainda hoje e se comprova na tradicional “Festa do Café-com-Biscoito”.

No setor de mineração, além do minério de ferro, o município possui reservas de manganês, bauxita e tantalita.

Volta Redonda recebeu esse devido a curva fechada, quase redonda, que o Rio Paraíba do Sul faz um dos pontos da cidade. Ainda hoje a bandeira do município lembra esta história. A frase em latim ‘Flumen Fulmini Flexit’, significa “o rio ante o raio dobrou-se”, uma referência a uma lenda indígena que tentava explicar o formato do rio.



■ Município de Rio Acima (MG)

FOTO: ACERVO SETUR-MG / DIEGO MARQUIOLI

A região habitada pelos índios Puris e Acaris, começou a ser ocupada por jesuítas em 1727. A navegação pelo Rio Paraíba do Sul entre Resende e Barra do Pirai teve grande expansão nas décadas de 1860 e 1870, período em que a Estrada de Ferro D. Pedro II também chegaria à região e em que foi criado o primeiro núcleo urbano.

Em 1941 foi iniciado ciclo de industrialização da cidade escolhida como local para instalação da Usina Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em plena II Guerra Mundial, marcando as bases da industrialização brasileira e fez o município ficar conhecido como “Cidade do Aço”.

O turismo local inclui diversas atrações entre elas o Zoológico Municipal, a Fazenda Santa Cecília do Ingá e o Memorial 9 de Novembro. Na mineração Volta Redonda recolhe CFEM sobre areia e gnaíse.



■ Município de Volta Redonda (RJ)

FOTO: VOLTAREDONDA.RJ.GOV.BR



■ Município de São Tiago (MG)

FOTO: WIKIPEDIA.ORG.BR / JADER SOUZA - OLHARES DE SÃO TIAGO

AMIG INDICA: diversificação econômica é o caminho para as cidades mineradoras

Nova Lima (MG) um exemplo de fortalecimento de empreendimentos locais e captação de novas empresas

Com o objetivo de diversificar a economia local, a atrair novos investimentos e fomentar o desenvolvimento da cidade, a prefeitura de Nova Lima (MG) implementou uma série de medidas que reduzem a dependência da receita da cidade com a mineração, atividade que ocorre no território há mais de 300 anos e caminha com a história de sua fundação.

Atualmente a arrecadação da CFEM corresponde a cerca de 18% de toda arrecadação municipal, vale lembrar que esse percentual varia de acordo com a produção mineral e com o cenário econômico da cidade. Além disso, boa parte da movimentação econômica da cidade vem de impostos do setor, assim como grande parte do poder de compra da população é adquirido por meio da atividade.

Entre as incidências de Nova Lima que incluem as cobranças sobre a mineração estão o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto Sobre Serviços (ISS), que correspondem a 21% e 18% respectivamente da arrecadação total.

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda de Nova Lima, Abner Henrique Santana, explica que visando fortalecer as finanças frente a futura exaustão mineral, foi criado o Programa de Diversificação Econômica para a cidade. “Ainda na gestão anterior, foram realizadas uma reforma tributária e um mapeamento das áreas institucionais e privadas para a atração de novos investimentos. Criamos e colocamos em prática o plano de recuperação socioeconômica por meio de ações ligadas a saúde, educação, cultura e fazenda”

Uma das conquistas para a cidade foi o Projeto CSUL Lagoa dos Ingleses, maior projeto imobiliário de desenvolvimento urbano sustentável da América Latina. Além disso, a prefeitura trabalha para a implementação efetiva da Bravo Motor Company, fabricante de veículos e baterias elétricos, um empreendimento que prevê investimentos da ordem de R\$ 25 bilhões.

Além dessas medidas em execução, a prefeitura trabalha em novos planejamentos para diversificar a economia. “Em 2022 iniciaremos projetos específicos para a área da saúde. Também executaremos um pla-



Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda de Nova Lima, Abner Henrique Santana informou que a gestão municipal busca tornar a cidade um polo de inovação e tecnologia

no de inovação e tecnologia, Nova Lima já é referência nesse segmento. Para 2023 a prefeitura vai liderar um projeto com Hubs (espaços compartilhados), será construído um prédio que funcionará como uma incubadora e aceleradora de empresas startups”, informou Abner.

Os objetivos do Programa de Diversificação Econômica para Nova Lima foram endossados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e o Conselho Municipal de Inovação, que aprovaram em 2021 as diretrizes de utilização dos fundos municipais para empresas estabelecidas na cidade e para incentivar a instalação de novos empreendimentos.

FALTA DE MINÉRIO DE FERRO afeta indústria nacional

Produtores de ferro-gusa arcam as consequências de trabalharem com matéria-prima inferior e em menor quantidade



FOTO: SINDIFERCOMBR

Mesmo com a recuperação da indústria do ferro-gusa nos últimos cinco anos, e com previsão de crescimento em 7% para 2022, o setor sofre com a falta de insumo o que resultou em pequenas pausas nas operações em 2021. O presidente da AMIG, José Fernando Aparecido de Oliveira, apoia a valorização da indústria nacional. Por isso, a Associação está produzindo um protocolo de intenções junto ao Sindicato da Indústria do Ferro do Estado de Minas Gerais (Sindifer-MG), com a finalidade de estabelecer uma cota mínima de minério de ferro para atender o mercado interno.

O minério de ferro que é utilizado para a produção de gusa, além de insuficiente, possui qualidade inferior para atender as demandas do mercado interno. “O fato de a matéria prima ser pobre e estar escassa inter-

“Nós temos buscado alternativas de fornecimento fora de Minas Gerais: na Bahia, no Mato Grosso do Sul e inclusive na Bolívia. O que para nós é um contrassenso e aumenta significativamente os custos na cadeia produtiva.”

FAUSTO VARELA CANÇADO

Presidente do SINDFER



Para Fausto Varela Cançado, presidente do SINDFER, o mineiro que fica para a indústria nacional é pobre e escasso

fere na siderurgia nacional. Consequentemente, toda a indústria brasileira é afetada e não consegue manter suas atividades como deveria”, lembra José Fernando.

No Brasil o parque industrial de ferro gusa concentra-se, especialmente, em Minas Gerais, responsável por 75% da produção nacional e sede de 50 indústrias do setor. Porém, ainda que esteja no quadrilátero ferrífero, o estado precisou importar minério de ferro. “Nós temos buscado alternativas de fornecimento fora de Minas Gerais: na Bahia, no Mato Grosso do Sul e inclusive na Bolívia. O que para nós é um contrassenso e aumenta significativamente os custos na cadeia produtiva”, explica Fausto Varela Cançado, presidente do SINDFER.

O ferro gusa sempre teve um importante papel na economia mineira, e já representou 3% do PIB estadual, que atualmente gera cerca de 11 mil empregos diretos. O setor ainda é responsável por mais de 60 mil postos de trabalho indiretos ao considerar o plantio de carvão, utilizado como combustível para gerar o calor necessário na operação do alto-forno e como agente químico para retirar o oxigênio durante o processo.

Há mais de dez anos, a indústria de gusa em Minas Gerais enfrenta problemas de abastecimento, agravados com a crescente exportação de minério de ferro, que é utilizado em forma granulada para a produção de gusa.

O cenário fica mais complexo devido à queda do teor de ferro no granulado. Para não prejudicar a produtividade do setor, é necessário que a hematita granulada esteja com teor acima de 62%, mas as ofertas disponíveis para o estado possuem entre 55% e 60%.

A atual conjuntura obriga a indústria mineira a utilizar mais granulado para conseguir manter a produção. “A exportação demanda qualidade superior, há uma priorização para atender os padrões internacionais. Em contrapartida o minério nacional foi escasseando e restou um produto com pouca qualidade, teor de ferro baixo e muita contaminação, principalmente de sílica. São fatores que reduzem a produtividade e tornam necessário o uso de mais matéria prima, para chegar a mesma quantidade de produto”, ressalta o presidente do Sindfer.

LEI KANDIR

Na contramão dos desafios enfrentados pela indústria nacional, a Lei Kandir impacta a receita de municípios e estados mineradores há mais de 20 anos. Promulgada em 1997, ela desonera o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em exportações de bens naturais não renováveis.

Na visão do presidente da AMIG, José Fernando Aparecido de Oliveira, o imposto poderia ser usado em benefício da população brasileira. Segundo ele, o mercado interno foi extremamente prejudicado em detrimento da indústria internacional. “A lei, da maneira como está, causou um grande prejuízo fiscal aos produtores de commodities minerais e motivou a desindustrialização nacional para beneficiar o desenvolvimento econômico de outros países, principalmente da China”.

A política de exportação gera um paradoxo: o país é beneficiado por ser um grande exportador, mas as empresas brasileiras que consomem o minério nacional, assim como os estados e municípios que fornecem as commodities, são prejudicados. José Fernando defende uma mudança urgente na situação, principalmente por se tratar de bens que a natureza não repõe. “É necessário corrigir essa distorção, ter uma visão para gerar emprego e renda internamente”.

Há mais de 20 anos a AMIG busca mudanças na

Lei Kandir em prol da economia nacional. Mais recentemente, em 2020, a Associação reuniu-se de forma remota com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque que corroborou o posicionamento da entidade, ao afirmar que “não podemos financiar a agregação de valor em outros países, em detrimento da nossa sociedade”.

Também em 2020, a AMIG apoiou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 42/2019, de autoria do senador Antonio Anastasia, que tem por objetivo retirar a desoneração do ICMS sobre a produção mineral. No mesmo ano, em reunião com a entidade o parlamentar declarou: “A lei Kandir, ainda que de origem defensável, infelizmente foi distorcida e Minas Gerais e os demais estados mineradores pagam um preço muito alto por isso.

MUDANÇA NO SENADO

Em dezembro, o senador Anastasia foi indicado pelo Plenário do Senado, com 52 votos, para ocupar uma vaga de ministro do Tribunal de Contas da União. Quem ocupa sua cadeira no senado é o seu suplente, Alexandre Silveira (PSD-MG). A AMIG vai continuar com seu trabalho junto ao Congresso Nacional, especialmente, com o novo senador mineiro, para que apoie e trabalhe para que a produção mineral seja retirada da Lei Kandir.

CRESCIMENTO DA MINERAÇÃO no norte e nordeste

Pará e Bahia ranqueiam entre os cinco maiores estados arrecadadores de CFEM

A nível nacional estima-se que sejam investidos 41,3 bilhões no segmento mineral entre 2021 e 2025, segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Ao longo dos cinco anos, boa parte do capital será investido na Bahia e no Pará, US\$ 10,5 bilhões e US\$ 8,8 bilhões respectivamente, ou seja, 25,4% e 21,3% dos investimentos no país. O Pará liderou, em 2021, como maior arrecadador de CFEM (mais de R\$ 4,8 bilhões), a Bahia fechou o ano com o terceiro maior recolhimento (mais de R\$ 175,1 milhões).

“Nas terras paraenses a indústria extrativista representa 84,41% das exportações, desse montante para a economia local. Nosso município, no passado, teve a atividade da agricultura como a principal, mas hoje a mineração gera o maior percentual de receitas”, conta Josemira Gadelha, prefeita de Canaã dos Carajás.

Na Bahia 7,5% dos produtos exportados são minerais, sendo 39% dessas substâncias o minério de cobre e seus concentrados. Segundo o MM Gerdau -Museu das Minas e do Metal, no estado fica a 3ª maior mina de Magnesita do mundo, localizada em Brumado (BA), a Magnesita Mineração.

Segundo o prefeito de Brumado, Eduardo Vasconcelos, a exploração local, que começou em meados da década de 40, impactava bastante os cofres públicos, mas atualmente a CFEM corresponde a apenas 1,39% da receita municipal, um dos principais motivos é que o recolhimento do *royalties* está abaixo do ideal. O Ministério de Minas e Energia reconheceu que o valor da CFEM no município não chega a 10% do que deveria.

“Nas terras paraenses a indústria extrativista representa 84,41% das exportações, desse montante para a economia local. Nosso município, no passado, teve a atividade da agricultura como a principal, mas hoje a mineração gera o maior percentual de receitas.”

JOSEMIRA GADELHA

Prefeita de Canaã dos Carajás (PA)

MAIORES ARRECADADORES DE CFEM EM 2021



Pará

47% - R\$ 4,8 bilhões



Minas Gerais

46% - R\$ 4,6 bilhões



Bahia

2% - R\$ 175,1 milhões



Goiás

2% - R\$ 166,6 milhões



Mato Grosso

1% - R\$ 102,3 milhões

Demais UF

2% - R\$ 426,8 milhões



Josemira Gadelha, prefeita de Canaã dos Carajás (PA), o segundo município com maior arrecadação de CFEM

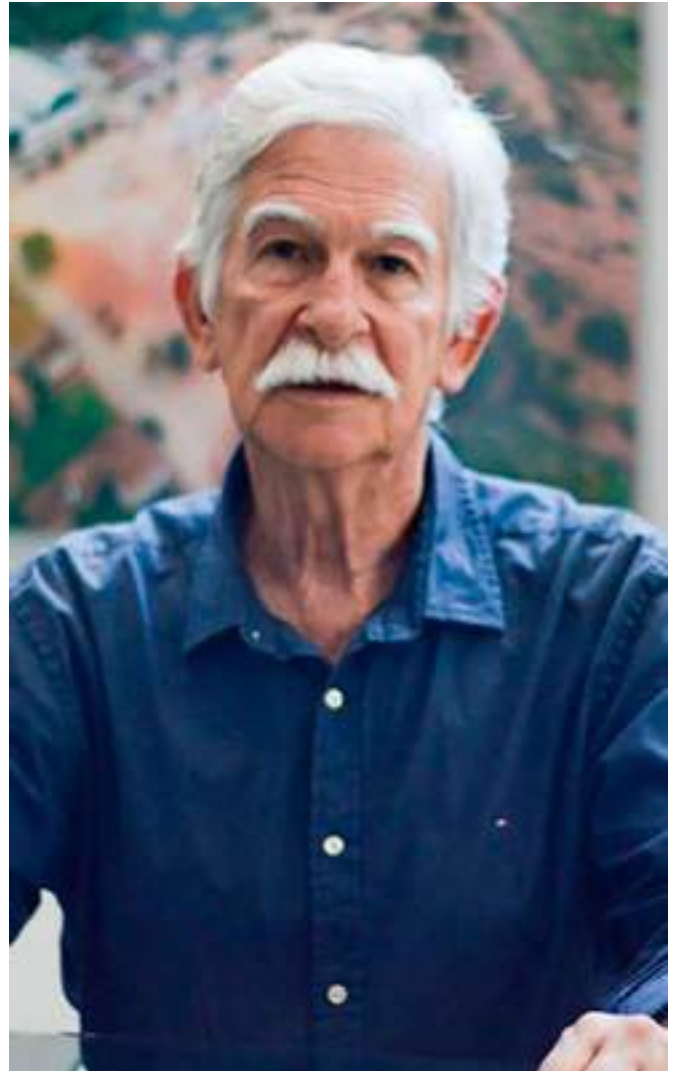
Mesmo que a arrecadação pelo setor em Brumado seja baixa, Vasconcelos enxerga como promissor o futuro da atividade no estado e lembra que na cidade em que é prefeito há vários empreendimentos, inclusive de minério de ferro.

A CFEM tem sido essencial para diversificar a economia, como informaram os gestores de Canaã dos Carajás e de Brumado. “Temos um planejamento sério para que esse recurso seja investido em áreas que possam gerar outras receitas no futuro, como infraestrutura, educação e turismo”, contou Gadelha.

Com pensamento similar, o prefeito baiano afirmou que a mineração contribui para a geração de empregos e para a economia local, mas lembra que foi realizado um trabalho para evitar a dependência de apenas um segmento e, assim, deixar a cidade preparada para não ser fortemente impactada quando ocorrer a exaustão das jazidas. “Ao longo do tempo, a busca pela sustentabilidade econômica do município se deu em outras atividades, como comércio, saúde, educação e o fato da cidade ser um centro regional de prestação de serviços”.

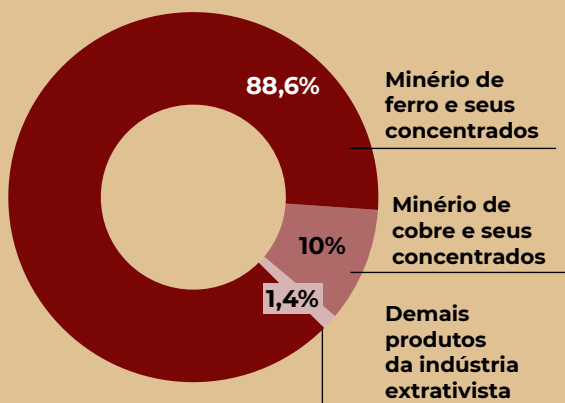
“Ao longo do tempo, a busca pela sustentabilidade econômica do município se deu em outras atividades, como comércio, saúde, educação e o fato da cidade ser um centro regional de prestação de serviços.”

EDUARDO VASCONCELOS
Prefeito de Brumado (BA)

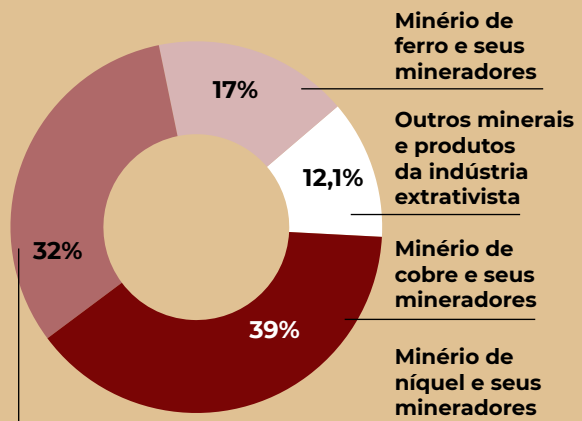


Eduardo Vasconcelos, prefeito de Brumado (BA), cidade com a 3ª maior mina de magnesita do mundo

MINÉRIOS MAIS EXPORTADOS DO PARÁ



MINÉRIOS MAIS EXPORTADOS DA BAHIA



Projeto de REFORMA DO IR traz possíveis alterações na alíquota do CFEM

AMIG esteve com relator para mostrar o cenário da mineração nacional



Equipe da AMIG reuniu-se com o senador Ângelo Coronel

A AMIG esteve reunida em Brasília, no dia 22 de setembro, com o senador Ângelo Coronel (PSD-BA), para colocar a experiência da entidade no setor de mineração, além dos estudos produzidos pela entidade, para subsidiá-lo na construção da relatoria da Reforma do Imposto de Renda.

O projeto aprovado na Câmara dos Deputados, será analisado pelo Senado. Pelo projeto da Câmara, a arrecadação do adicional de 1,5% da CFEM, passando a 5,5%. O adicional estará condicionado a redução do IRPJ, ficará com os municípios do estado onde ocorrer a produção, proporcionalmente aos habitantes (83,25%). Outros 16,65% ficarão com o estado produtor e 0,1% para o Ibama usar em atividades de proteção ambiental em regiões impactadas pela mineração.

O relator se mostrou aberto para ver com atenção as reivindicações das cidades minerárias. A AMIG também sugeriu que, se passar o adicional, que ele possa ser atrelado a condicionantes de só poder ser aplicado em diversificação econômica, para infraestrutura e projetos que promovam a independência dessas cidades que atualmente dependem, quase que exclusivamente da atividade minerária. E ainda, que possa ser criado um fundo soberano para regular a atividade, para que se tenha um equilíbrio.

A discussão da Reforma do IR será retomada após o retorno dos senadores do recesso de final de ano. A AMIG continua acompanhando e buscando apoio para que a Reforma possa beneficiar as cidades mineradoras.

Mineração na COP 26

Uma atividade mais sustentável e o planejamento para a exaustão mineral entraram na agenda

As cidades mineradoras brasileiras ganharam, em novembro, representatividade na Conferência das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas (COP 26), em Glasgow, na Escócia. Nas agendas do evento, José Fernando Aparecido de Oliveira, presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas e do Brasil (AMIG), reforçou a necessidade de aliar o desenvolvimento econômico à sustentabilidade.

A escolha da sede do evento é justificada no histórico de Glasgow, uma das cidades mais verdes do Reino Unido e o quarto destino turístico mais sustentável do mundo. O local é exemplo de comprometimento com políticas públicas voltadas para o meio ambiente.

O *Race To Zero*, um dos principais temas da COP26, é uma campanha mundial que tem a meta de zerar as emissões líquidas de carbono até 2050, já que o CO2 acelera o processo de aquecimento global. Em 16 de setembro, a AMIG promoveu um seminário virtual sobre o projeto convidando os afiliados a participarem da causa, que é apoiada pelo Consulado Britânico em Belo Horizonte e pelo Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI).

As vantagens da adesão à *Race to Zero* incluem a visibilidade em fóruns internacionais, além do acesso às melhores ferramentas e investimentos financeiros para a aplicação das medidas sustentáveis.

A campanha foi debatida, em novembro, por José Fernando com as autoridades em Glasgow. “Tive a oportunidade de conversar com o enviado especial dos Estados Unidos para questões climáticas, John Kerry, sobre o Brasil. Rapidamente, falamos sobre a importância de firmarmos compromissos em busca de minimizar o efeito estufa”.

A secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, Marília Melo, e o presidente da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da ALMG, deputado estadual Noraldino Júnior, integraram a comitiva mineira na Escócia. A secretária e o parlamentar representaram o pioneirismo de Minas Gerais, o primeiro Estado da América Latina e do Caribe a aderir à *Race to Zero*.

Para firmarem o compromisso de reduzir as emissões de CO2 no estado, Marília, Noraldino e José Fernando assinaram a Carta de Edimburgo, um documento do ICLEI que prevê a descarbonização da economia.



Presidente da AMIG na COP 26

EXAUSTÃO MINERAL

O minério é um bem natural não renovável, finito, por isso a AMIG busca preparar as cidades para exaustão, com reservas financeiras e através da diversificação econômica, medida que busca não deixar municípios dependentes apenas da mineração e propõe o desenvolvimento de fontes de arrecadação alternativas.

A criação de um fundo municipal também contribuiria para situações de quedas no recolhimento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), causadas por oscilações no mercado internacional como a diminuição de demanda na exportação e baixa do dólar.

A preocupação com o futuro dos territórios minerados foi levantada na conferência pelo presidente da AMIG. “Estive com o prefeito de Oslo, Raymond Johansen, discutindo sobre o fundo soberano norueguês, o maior do mundo. Ultrapassando US\$ 1,3 trilhão, em ativos totais aplicados em investimentos, o fundo administrado pelo Banco Central tem como um dos objetivos suprir as despesas do país quando as reservas de petróleo de lá se esgotarem. Precisamos pensar em um fundo soberano para a saúde financeira de cidades mineradoras”, relatou José Fernando.

AMIG na mídia

Destaques na imprensa nacional

O trabalho da Associação em busca de uma atividade mineral mais justa e sustentável foi destaque em veículos impressos, portais, tvs e rádios. Nos últimos meses, a entidade ganhou visibilidade principalmente por viabilizar o acordo de cooperação técnica com a Agência Nacional de Mineração (ANM), participação na COP 26 e pela defesa aos municípios no GT Minera.

CORREIO - SALVADOR

27 de dezembro de 2021



REVISTA ECOLÓGICO ONLINE

27 de dezembro de 2021



"Estamos no caminho da economia verde"

Meio ambiente, segurança e diversificação econômica, a exemplo do ecoturismo, formam o tripé que pode definir o futuro dos municípios mineradores

Denise Menezes | redacao@revistaecologico.com.br

VALOR ECONÔMICO

24 de novembro de 2021



Prefeituras mineradoras pedem mudanças na proposta de novo Código da Mineração

Em carta, prefeitos criticaram, entre outros, o fato de a nova proposta retirar a participação e a autonomia das cidades e dos Estados nos trâmites ligados aos empreendimentos minerais.

Por Cibelle Bouças, Valor — Belo Horizonte

BRASIL MINERAL

12 de novembro de 2021



DIÁRIO DO COMÉRCIO

5 de outubro de 2021



Arrecadação da Cfm vai subir com maior fiscalização

OR MARA BIANCHETTI 5 DE OUTUBRO DE 2021 ÀS 00:29

O TEMPO

5 de dezembro de 2021

O TEMPO

AMIG aponta ameaças do novo código da mineração

Os prefeitos alegam que a proposição de um grupo, formado por 16 deputados federais, fere o pacto federativo ao propor dispensa de anuência de Estados e municípios em todos os processos que têm relação com a exploração de recursos minerais no Brasil.

Por HELENICE LAQUARDIA
05/12/21 - 03H00

Inauguração GALERIA DOS EX-PRESIDENTES

A Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG) eterniza as gestões que atuaram em prol de uma atividade mineral mais justa



Inauguração da galeria dos presidentes na AMIG

Como forma de homenagear os ex-presidentes da entidade que contribuíram para as conquistas dos municípios mineradores, a AMIG inaugurou em sua sede, localizada em Belo Horizonte (MG), um novo espaço para a galeria em 30 de novembro. A cerimônia contou com a presença do atual presidente da entidade, José Fernando, também participaram funcionários, afiliados, ex-presidentes e seus representantes.

Durante a cerimônia, a gerente administrativa da entidade, Stael Gomes, relembrou as conquistas da Associação, fundada em 1989. “Graças a dedicação e ao empenho de todos que passaram pela AMIG, ao quadro de funcionários e consultores, que é pequeno, mas comprometido, hoje temos como associados os maiores municípios mineradores do país e nossas perspectivas são muito boas”, disse Stael.

O presidente da AMIG fez questão de exaltar o trabalho realizado por seus antecessores, para ele, a celebração é de extrema importância e uma oportunidade para agradecer e eternizar o empenho de todas as gestões. Para José Fernando, os esforços de cada ex-presidente possibilitaram a continuidade da busca por uma mineração mais justa. “Um passado sem memória é como um corpo sem alma, carregando a memória construiremos bases sólidas para o futuro. É por causa das nossas raízes que conseguimos avançar nos trabalhos para os municípios”, afirmou.

HOMENAGEM AO PRESIDENTE DE HONRA

Vitor Penido, presidente de honra da entidade e um dos fundadores da Associação, recebeu uma placa como forma de homenageá-lo por sua dedicação e seriedade aos municípios mineradores e afetados pela atividade.

Em seu mandato, Vitor pleiteou várias conquistas e anseios, sem o apoio do Governo dos Estados. “A mineração é uma das maiores riquezas do nosso país e, lamentavelmente, as autoridades não se interessavam em fiscalizá-la. Me marcou muito conseguirmos o direito aos royalties da mineração, a AMIG foi criada respeitando as mineradoras e a atividade, sem deixar de lutar pela receita de recursos extraídos do nosso solo”, lembrou.

CONQUISTAS E TRABALHO

José de Freitas Cordeiro, conhecido como Zelinho, um dos ex-presidentes, fez um pronunciamento em nome de todos os líderes antecessores. Em suas palavras, mostrou como todos os presidentes que passaram pela Associação estão orgulhosos do alcance nacional que a entidade conquistou ao longo dos anos, além de explicitar a importância dos consultores e funcionários nesse processo de crescimento.

Para Zelinho ainda há muito que ser feito para alcançar uma relação justa entre municípios e o setor privado, um cenário, que na visão dele, torna a atuação da AMIG imprescindível. “Nós temos que continuar lutando, um dos nossos desafios é a existência de uma dívida enorme das mineradoras com as cidades por débitos indevidos na base de cálculo da CFEM”.

A Associação agradece a todos os presidentes que passaram pela entidade, Vitor Penido de Barros, Olímpio Pires Guerra, Ronaldo Gonçalves Marques, Raul Messias Franco, Jackson Alberto de Pinho Tavares, Waldir Silva Salvador de Oliveira, Antonio do Carmo Neto, Antonio Eduardo Martins, Celso Cota Neto, José de Freitas Cordeiro e Arthur Maia Amaral.

Mais agilidade em PROCESSOS JUDICIAIS relativos a CFEM

Por meio de serviços jurídicos, contratados pela AMIG, as cidades poderão receber montante por antigas dívidas

Após a realização de um diagnóstico dos processos que estão tramitando no Poder Judiciário e que versam sobre questões de interesse dos municípios mineradores brasileiros, a AMIG entendeu ser pertinente dedicar-se a 40 destes processos, considerados estratégicos e fundamentais. As ações são referentes a fiscalização e arrecadação de CFEM, além de tratarem da condução dos processos administrativos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), atual Agência Nacional de Mineração (ANM).

Para dar celeridade aos julgamentos a associação tentará ingressar nos processos como *Amicus Curiae* – que em tradução literal significa amigo da corte – para fornecer subsídios às decisões que tramitam na Justiça Federal, Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

Rogério Moreira, consultor jurídico da AMIG, lembra que a entidade se empenhou inúmeras vezes para criar uma “força tarefa” com a ANM e com a Advocacia-Geral da União (AGU), a fim de acelerar os trâmites. “Contudo, os esforços foram em vão, considerando que a prioridade da AMIG e dos municípios não coincidem com a prioridade da AGU. Neste sentido, coube uma ação mais incisiva da AMIG”.

Os processos incluem o montante de R\$ 2,4 bilhões relativos às dívidas de CFEM, segundo autuações do DNPM/ANM. Para que esses recursos cheguem às prefeituras, a AMIG contratou serviços jurídicos especializados que darão aos julgadores um panorama da mineração sob à ótica dos municípios.

Algumas teses aguardam determinação judicial há 17 anos. “Desde 2005, a Associação tenta via antigo DNPM e, agora, ANM, obter informações precisas sobre os desdobramentos dos processos administrativos e judiciais decorrentes das fiscalizações realizadas junto aos empreendedores do segmento minerário, principalmente nos processos relativos à CFEM”, informou Rogério.

A demora das decisões impede as cidades de saberem se terão direito ao recebimento dos valores. Mesmo quando possuem ciência do montante, os gestores municipais não conseguem ter noção de quando a quantia será efetivamente recebida.



“As decisões advindas dos Tribunais Superiores inibirão novas ações protelatórias e nortearão a conduta dos principais atores do segmento minerário.”

ROGÉRIO MOREIRA
Consultor Jurídico da AMIG

Além da possibilidade do recebimento da CFEM em atraso, o julgamento definitivo das teses aumentará a segurança jurídica de todas as partes envolvidas. “As decisões advindas dos Tribunais Superiores inibirão novas ações protelatórias e nortearão a conduta dos principais atores do segmento minerário”, afirmou Moreira.

A AMIG está convicta que o trabalho gerará importantes frutos para territórios minerados e impactados pela atividade, além de fortalecer e consolidar os municípios como atores indispensáveis à mineração brasileira.

Pains é exemplo em GESTÃO DA ATIVIDADE MINERAL de não ferrosos

A cidade recolhe CFEM sobre calcário e cal, substâncias amplamente usadas na construção civil e no agronegócio

O Minério de Ferro representou, em 2021, 85,06% da CFEM recebida pelo Brasil, mas certamente não é a única substância responsável pela receita das cidades. Mais de 3 mil minerais enquadram-se como não ferrosos, os metais mais explorados são: alumínio, chumbo, cobre, estanho, níquel, zinco, tungstênio, cobalto, titânio, bauxita e cassiterita. A cidade de Pains (MG) tem como base de sua economia a extração de calcário e pode ser considerada uma referência em gestão da atividade mineral de não-ferrosos.

Devido a importância dessas substâncias para as cidades mineradoras, a AMIG estabeleceu no cargo Diretor de Não Ferrosos o prefeito de Pains, Marco Aurélio Rabelo Gomes, pela qualificação e experiência do gestor.

O município, com mais de 8 mil habitantes, ocupa 31% do mercado nacional na produção de cal que é usada em aço, papel, açúcar e insumos da construção civil, além de participar do tratamento da água e do esgoto. A demanda da substância gera empregos, diretos e indiretos, pois muitas empresas surgem na cidade e no entorno devido a sua exploração.

No mesmo sentido, a extração de calcário local contribuiu para o surgimento de cimenteiras em Pains e região. A substância também é amplamente utilizada na produção de corretivos de solo - um estudo desenvolvido pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), em 2006, com o tema “Calagem e Adubação Orgânica: Influência na Adsorção de Fósforo em Solos”, mostrou a efetividade do calcário para o agronegócio “A pesquisa recomenda o uso do calcário quatro vezes a mais do que era utilizado. Com os resultados da UFLA, os produtos à base desta substância estão vendendo quatro vezes mais do que antes e o produtor rural, como consequência, melhorou sua safra”, informou Marco Aurélio.

O prefeito destacou que corretivos de solo produzidos na cidade e em seu entorno, além de serem muito requisitados no Brasil, são exportados para outros países da América Latina.

No município e na região são extraídos o calcário calcítico, hidratado, dolomítico e pulverizado. Apenas em Pains e Arcos é estipulada a extração de 2.550 milhões

■ Município de Pains (MG)





FOTO: MINASGERAIS.COM.BR

Vista aérea do parque Dona Ziza em Pains (MG)

de toneladas desses calcários, cuja tonelada gira em torno de R\$ 130,00. A arrecadação, proveniente da exploração do mineral, serve de insumo para melhorar a qualidade de vida da população através do investimento em saúde, educação e segurança pública.



Marco Antônio, prefeito de Pains

ATIVIDADE MINERAL MAIS EFETIVA

O objetivo de aliar a mineração ao desenvolvimento sustentável fez com que Pains se tornasse a 12ª cidade em Minas Gerais a fazer o próprio licenciamento ambiental. Esse processo administrativo é um importante instrumento de gestão para que o poder público controle empreendimentos potencialmente poluidores e que possam degradar o meio ambiente.

Marco Antônio informou que foram quatro anos de trabalho intenso para conseguir o escritório de licenciamento, com o apoio da SUPRAM Divinópolis e da SUPRAM Central. A prefeitura arca com os custos dessa regional, que hoje conta com nove funcionários.

Um esforço que gera bons frutos, segundo o prefeito. “Com a municipalização do licenciamento, foi possível acelerar processos ambientais de empresas locais, o que atraiu novos empreendimentos, sem esquecer a responsabilidade com o meio ambiente”, informou.

Pains também aderiu ao acordo de cooperação técnica da ANM, o que, na visão de Marco Aurélio, melhorará a arrecadação e como consequência o investimento em projetos que beneficiam a população.

Além dos trabalhos junto a órgãos públicos, o vínculo do município com a AMIG contribui para a rotina diária nos assuntos ligados a mineração. “O apoio da AMIG tem sido fundamental para os municípios não ferrosos e produtores de minério de ferro, porque a força da entidade é muito grande nacionalmente. Além disso, cidades afiliadas podem contar, em seu dia a dia, com assessoria jurídica, tributária e ambiental”, finalizou.

NOVO CÓDIGO DE MINERAÇÃO ainda suspenso na Câmara dos Deputados

Debatido em 2021, texto proposto não é bem aceito por parlamentares, entidades, cidades mineradoras e sociedade



Reunião dos afiliados da AMIG com a deputada Greyce Elias

É fato que Código de Mineração, instrumento normativo da atividade no Brasil, encontra-se defasado, anacrônico, e merecedor de ampla reflexão e reformulação por parte do Congresso Nacional, em prol dos empreendedores minerários, dos entes federados, da agência reguladora do setor e, principalmente, da sociedade brasileira. Sob a ótica dos empreendedores minerários, a legislação necessita ser mais clara, de modo a estabelecer significativa segurança jurídica e celeridade no tratamento dos procedimentos (principalmente os de licenciamento/outorga).

Mas não era esperado que a Câmara dos Deputados instituisse um Grupo de Trabalho para analisar o Código, e que esse grupo não ouvisse cidades minera-

doras e impactadas pela mineração, antes de fazer qualquer proposta que fosse para modificar o instrumentário. Foi exatamente o que aconteceu com o GT Minera criado no dia 16 de junho de 2021 para avaliar, discutir e propor um novo texto para o Código atual.

A AMIG, assim que tomou conhecimento do GT, que tem como relatora a deputada por Minas, Greyce de Queiroz Elias (Avante), enviou um ofício a ela e demais membros do grupo, em 30 de junho, manifestando total interesse em se reunir com os membros do Grupo de Trabalho, para apresentar a visão e expectativas dos municípios mineradores e impactados pela atividade de mineração no novo código, contribuindo, por meio de diálogo para uma atividade de

mineração mais justa, responsável e ambientalmente sustentável. Em 16 de novembro a AMIG enviou novo ofício reiterando a importância de o GT se reunir com as cidades mineradoras associadas, que juntas perfazem 60% da produção de minério do Brasil.

Apesar do empenho da AMIG, o Grupo de Trabalho realizou diversas audiências públicas, ouvindo empresas e outras instituições, mas não em Minas Gerais e nos outros estados onde a entidade tem associados, o GT não realizou nenhuma audiência pública específica para ouvir os municípios mineradores.

PRIMEIRA VERSÃO DE TEXTO APRESENTOU A MEAÇA À REPRESENTATIVIDADE LEGÍTIMA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

A reunião com a AMIG somente aconteceu em 22 de novembro, depois de novo apelo da Associação, e da primeira versão do relatório ter sido muito criticada por entidades ambientais, sociedade e por deputados e senadores. Prefeitos de Minas Gerais, Pará, Bahia e Mato Grosso, além dos diretores e consultores da associação apresentaram as ponderações e sugestões à parlamentar.

Representantes dos municípios mineradores brasileiros se posicionam rigorosamente contrários a diversos pontos do texto proposto para o novo Código de Mineração. As propostas geraram extrema preocupação e podem ser consideradas um retrocesso em termos de políticas públicas no país. Os prefeitos alegaram que a proposição de um grupo, formado por 16 deputados federais, fere o pacto federativo ao propor dispensa de anuência de estados e municípios em todos os processos que têm relação com a exploração de recursos

minerais no país. A proposta retirava a oportunidade de participação e autonomia das cidades e estados, concedidas pela Constituição Federal, nos trâmites ligados aos empreendimentos minerais.

“Nós já somos, infelizmente, muito impactados pela atividade e quase nunca temos condição de opinar por ela. A cidade recebe uma transformação enorme quando se inicia a atividade, o que perdura enquanto a atividade existir. A gestão urbana compete aos municípios. A previsão do texto apresentado é de retirar a necessidade de anuência dos estados e dos municípios para a implantação da atividade. É como se estivesse tirando completamente a capacidade do município de gerir o seu próprio território”, pontuou Waldir Salvador, consultor de relações institucionais e econômicas da AMIG.

Apesar do pouco tempo para analisar ponto a ponto o documento, a equipe de consultores da área jurídica, tributária e ambiental da AMIG conseguiu identificar várias inconsistências e propostas consideradas inconstitucionais na minuta.

As cidades mineradoras e impactadas pela mineração expuseram suas preocupações e insatisfações frente à algumas mudanças propostas pelo GT, que alegou desburocratizar a instalação de mineradoras, mas representam a derrocada da atuação de estados e municípios no setor mineral. Neste contexto, a AMIG reforçou o apoio à mineração, mas ressaltou que a atividade e o território formam uma sociedade por lei e precisam caminhar como iguais. “Não somos contra a mineração. Pelo contrário, somos a favor de uma atividade mineradora que respeite municípios, estados, União e, principalmente, a sociedade como um todo”, destacou o presidente da AMIG, José Fernando Aparecido de Oliveira, prefeito de Conceição do Mato Dentro (MG).



O prefeito de Ouro Preto, Ângelo Oswald, por sua vez, contextualizou sobre os impactos socioambientais e urbanos, provocados pelo setor. “Realmente, o município não pode, de maneira alguma, ser alijado do seu próprio chão, da sua presença”. Atualmente, as cidades podem negociar com as empresas mineradoras, pois, além de pagar a CFEM, elas precisam compensar pela presença invasiva e massacrante da atividade mineradora”, argumentou.

Greyce Elias se comprometeu a dialogar com os prefeitos das cidades impactadas pela mineração. “A AMIG vai nos apresentar as considerações e, em cima disso, vamos rediscutir para que possamos resolver o problema que os empreendedores nos relataram. Entendemos que é um momento de aperfeiçoamento, em que não podemos retirar a segurança jurídica de forma alguma”, avaliou a deputada.

SEGUNDA PROPOSTA DE TEXTO ENCONTRA RESISTÊNCIA ATÉ POR MEMBRO DO GT

Depois de acatar parte das sugestões da AMIG que apontavam melhorias ao texto proposto para o novo Código de Mineração (Decreto-Lei 227/67), o Grupo de Trabalho (GT Minera), da Câmara dos Deputados, responsável pela revisão do documento redigiu um novo texto, que foi apresentado pela deputada Greyce Elias (Avante-MG) no dia 1º de dezembro, em reunião do GT.

Assim que tomou conhecimento das modificações no texto proposto inicial, a AMIG realizou uma nova análise criteriosa sobre as modificações e enviou para a relatora todos os pontos que não foram atendidos e que ainda colocam em risco a autonomia dos estados e municípios mineradores e sociedade.

Mesmo com alguns tópicos atendidos, a Associação considera como imprescindível a modificação de outros pontos, entre eles, prever como condição de caducidade o não pagamento correto dos royalties minerais. Na prática, esta possibilidade harmonizaria o regramento com a própria Constituição, pois os entes federados são uma espécie de sócios das mineradoras, já que os empreendimentos utilizam os recursos minerais da sociedade brasileira como insumo de seu negócio e, por isso, devem pagar CFEM à título de participação. Neste contexto, o não cumprimento da obrigação mais básica do empreendedor deve ter como consequência a perda do direito de exercer suas atividades.

A AMIG alerta ainda sobre o risco da proposta do GT quanto à aprovação de concessão de lavra, caso Agência Nacional de Mineração (ANM) não se manifeste sobre o pedido. Neste caso, o prazo para o órgão se manifestar passou de 180 dias para um ano. Mesmo com a mudança de prazo, a Associação mantém o posicionamento de que, em função do sucateamento da Agência Nacional de Mineração (ANM), é temerário impor a obrigação ao órgão, tendo em vista a redução do corpo de funcionários e a falta de orçamento para arcar com os custos dessa natureza.

Para o presidente da AMIG, José Fernando Aparecido de Oliveira, prefeito de Conceição do Mato Dentro (MG), mesmo com algumas reivindicações parcialmente atendidas, a Associação vai continuar lutando para novas alterações contra o que é considerado um retrocesso em termos de políticas públicas no país. “A AMIG se sentiu atendida parcialmente em alguns pontos, mas tem outros bastante significativos que ainda não foram atendidos e que precisam ser mudados. Nós vamos continuar vigilantes”, enfatizou.

Os parlamentares, membros do GT, também fizeram ponderações e pediram vista para analisar o texto, que modifica uma legislação desde 1967. Um deles foi o deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES). “Nós, que estamos recebendo agora essa nova versão, não tivemos tempo de analisar o que foi incorporado, o que não foi incorporado, o que foi alterado, então exige de nós um tempo maior”, explicou.

Ao contrário do que a relatora pretendia, o relatório não foi votado no final de 2021. A expectativa é que se crie uma comissão especial e que haja um amplo debate antes de seguir com a pauta. Uma parcela relevante dos parlamentares, foram contrários ao relatório da deputada Greyce Elias (Avante-MG). A saída encontrada pela relatora foi adiar a votação, aguardada para ser realizada ainda em março. A AMIG continua acompanhado todo o processo e vai trabalhar para que o novo Código atenda de fato os municípios mineradores e a sociedade.





TENHA A
AMIG SEMPRE
COM VOCÊ